



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 8ª REUNIÃO DA INSTÂNCIA PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS (1ª REUNIÃO REFERENTE AO ANO DE 2023)

Aos seis dias do mês de novembro de 2023, das 9h30 às 17h, no Ministério da Educação, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício-Sede 6º andar, sala 621, Bairro Zona Cívico-Administrativa, em Brasília/DF, realizou-se a 8ª Reunião da Instância Permanente de Negociação e Cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o comparecimento dos seguintes membros:

Pelo Ministério da Educação: O Secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase) e Coordenador da Instância Permanente **Mauricio Holanda Maia**, a Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino e Coordenadora Suplente **Maria Selma de Moraes Rocha**; o Diretor de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep - **Rubens Campos de Lacerda Júnior** (virtualmente).

Pelo Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Educação (Consed): o Secretário Estadual de Educação da Paraíba e representante do Consed/Nordeste – **Antônio Roberto de Araújo Souza**.

Pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime): o Presidente da Undime e Dirigente Municipal de Educação de Ibaretama/CE – **Aléssio Costa Lima**; a Dirigente Municipal de Educação de Santa Luzia D'Oeste/RO e representante da Região Norte – **Luslarlene Umberlina Souza Fiamett**; a Dirigente Municipal de Educação de Nossa Senhora do Socorro/SE e representante da Região Nordeste – **Josevanda Mendonça Franco**; o Dirigente Municipal de Educação de Sud Mennucci/SP e representante da Região Sudeste – **Luiz Miguel Martins Garcia**; o Dirigente Municipal de Educação de Catalão/GO e representante da Região Centro-Oeste - **Leonardo Santa Cecilia**; a Dirigente Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS e representante da Região Sul – **Maristela Ferrari Guasseli**.

Foram também registradas as presenças do Diretor de Programa da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino/Sase – Armando Amorim Simões; da Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Educação/Sase – Alessandra Santos de Assis; da Assessora/Sase Patricia Vieira da Costa; do Chefe de Gabinete da Sase – Paulino Motter; do Secretário-Executivo Adjunto do MEC – Gregório Durlo Grisa; da Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação Básica/SEB – Euzeni Araújo Trajano; do Coordenador-Geral de Bolsas e Auxílios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE André Luis Fernandes; do Secretário Adjunto e Superintendente Executivo na Secretaria de Educação do Estado do Piauí e representante do Consed – Rodrigo Torres Lima; da Diretora Institucional do Consed – Nilce Rosa da Costa; e da Assessora de Comunicação da Undime – Joana Saraiva. Participaram virtualmente: as representantes da Secretaria de Educação de São Paulo/Consed - Vivian Dibi Gimenes e Márcia Aparecida Bernandes; as representantes da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul/Consed - Elisa Brasil Kunzler Tavares e Ana Letícia Leite; e da Gerente de Projeto da Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC, Luciana da Silva Castro.

O Secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino e Coordenador da Instância Permanente, Mauricio Holanda Maia declarou aberta a reunião com a apuração do quórum de 10 membros que compõem a Instância Permanente. Agradeceu a presença de todos e ressaltou o fato de os membros relativos ao Consed e Undime participarem presencialmente da reunião. Sinalizou ser um momento reinaugural, com a restituição de mais uma das instâncias colegiadas de escuta, de parceria e

de colaboração entre o MEC e as unidades federadas e informou que, inicialmente, seriam ouvidas as palavras de boas-vindas da Secretária Executiva do Ministério da Educação, Izolda Cela.

Por meio de mensagem gravada enviada aos membros da Instância Permanente, a Secretária Executiva Izolda Cela evidenciou o compromisso do Ministério da Educação de restaurar as instâncias de participação, muito importantes, uma vez que há a diminuição do risco de erros e eleva as chances de ser mais efetivo no que for definido como metas nacionais da educação. Agradeceu a todos, ao Secretário Mauricio Holanda e a toda a equipe. Lembrou que esta é a primeira reunião e que ainda haverá mais uma reunião neste ano para que se cumpra o que é determinado em portaria. Fez votos de que todos possam cooperar e se engajar no que se refere ao período que precede as conferências e a Conferência Nacional de Educação para preparação do próximo Plano Nacional de Educação. Desejou um bom trabalho a todos.

Após a mensagem da Secretária Executiva Izolda Cela, o Secretário Mauricio Holanda abriu a reunião para a apresentação de todos.

A diretora Selma Rocha se apresentou e ressaltou que a reunião é muito importante e que todos esperam que a instância funcione plenamente para tratar especialmente dos objetivos e metas estabelecidos pelo PNE. Acredita que a possibilidade de cooperação, tendo em conta o PNE como eixo, como marco ordenador do sistema nacional, de fato seja um tema que vai mobilizar as grandes questões estratégicas da educação no país e isso envolverá diálogo sistemático e permanente e que esta tem sido a orientação do Ministério da Educação.

O Secretário Executivo Adjunto do MEC, Sr. Gregório Grisa trouxe as palavras do Ministro da Educação Camilo Santana e da Secretária Executiva do MEC, Izolda Cela, por meio de duas mensagens consideradas relevantes. Afirmou que Instâncias como essa previstas convergem para um esforço de retomada de todas as instâncias de diálogo previstas na legislação e essa retomada se materializa na recriação da Sase e da Secadi, com escala de participação social muito relevante. Ressaltou que instâncias de participação como a Instância permanente que envolvem o esforço do pacto federativo constituem as ferramentas através das quais se consegue alcançar algum êxito de política pública, em especial, quando se fala de Educação Básica. Ressaltou que o Ministro da Educação fala constantemente que estados e municípios são protagonistas na execução de políticas públicas e que se tem no MEC um papel de coordenar esforços, de postura de abertura para escuta e de construção de consenso permanente. Reforçou que, sem a articulação com as redes, sem uma concepção de montagem de políticas muito articulada, fica-se refém de vontades individuais, de esforços localizados. Um segundo ponto levantado pelo Secretário Executivo Adjunto diz respeito ao fato de que se tem hoje uma condição de processo de pactuação que está se aprimorando, citando as três grandes frentes de trabalho que vem se estruturando desde janeiro: programa de Escola em Tempo Integral, programa relacionado à alfabetização e o programa relativo à conectividade nas escolas. Reforçou que nessas três frentes, o MEC construiu juntamente com a Undime e o Consed em busca de consenso e alternativas normativas que permitisse a melhoria da política pública executada. Salientou que, por meio desses trabalhos, ficou comprovado que o intuito do MEC é a construção pactuada. Informou que, devido à participação do Brasil em organismos internacionais, G-20, por exemplo, será levado para o mundo o exemplo que envolve o Plano Nacional de Educação e, para que o PNE se materialize, não há nenhuma possibilidade de avançar nessa construção sem o processo de pactuação. Desejou ótimo trabalho a todos com a retomada da Instância atualizada a partir do organograma atual do MEC, ressaltando que o Ministério se encontra à disposição para qualquer demanda que surgir das atividades da Instância no que se refere a esforço normativo, de pactuação, sendo esse o espírito do Ministro Camilo e da Secretária Executiva Izolda.

O Secretário Mauricio Holanda agradeceu a participação do Sr. Gregório Grisa.

Em seguida, a Diretora Selma fez uso da palavra e justificou a ausência do Sr. Ministro devido a compromissos assumidos na noite anterior à reunião por conta da realização do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Informou que quem preside a Instância é o Ministro, Sr. Camilo Santana, e, na ausência do Ministro quem coordena os trabalhos é o Secretário Mauricio Holanda e que o ajudará nos trabalhos do dia. Em seguida, apresentou a proposta de trabalho para a reunião. Em sua apresentação, fez o resgate histórico, com a apresentação da linha do tempo referente à legislação relativa à Instância Permanente desde a sua instituição até o momento atual. Ressaltou que a discussão sobre alterações do regimento não será tratada na reunião do dia e sim na próxima reunião.

Apresentou a alteração da Portaria MEC nº 1.716, de 3 de outubro de 2019 realizada pela Portaria nº 1.579, de 12 de agosto de 2023, na qual houve a atualização das representações de acordo com a nova estrutura do MEC e a alteração da coordenação da Instância, antes exercida pela SEB, para a SASE. Apresentou também a Portaria nº 1.829, de 13 de setembro de 2023, a qual definiu os novos representantes por órgão e entidade, sendo: 6 representantes do MEC e suas vinculadas, 6 representantes da Undime e 6 representantes do Consed, totalizando 18 representantes da Instância Permanente.

Informou que a aquela era a 8ª reunião da Instância e realizou uma recuperação da linha histórica das reuniões da Instância, com a apresentação dos assuntos que foram abordados nas respectivas reuniões: 1ª reunião em 2019, que tratou das metas do PNE (1, 3, 15, 18 e 19), em grande medida, em função das observações do TCU que as destacou por necessitar de uma atenção particular. A 2ª e 3ª reuniões ocorreram em 2020 e tiveram como pauta o PISA, experiências internacionais e execução dos programas do MEC. A 4ª e a 5ª reuniões e a 1ª reunião extraordinária ocorreram em 2021 e trataram da execução dos programas do MEC e a 6ª e a 7ª reuniões, em 2022, tiveram como pauta a execução dos Programas do MEC, Fundeb, PSPN e a transição de governo. Destacou que, em 2021, a pauta sobre a execução dos programas do MEC envolveu a discussão sobre o contexto de pandemia. Apontou que, nesta data, ocorre a 8ª reunião cuja pauta envolve o Plano Nacional de Educação, as Conferências de Educação e sobre a própria Instância Permanente. Ressaltou que está prevista a 9ª reunião para o dia 15/12.

Após a sua apresentação, foi dada a palavra para o Diretor de Programa Armando Simões para apresentação sobre os informes acerca do Plano Nacional de Educação. A Diretora Selma justificou o fato de o Diretor Armando realizar a apresentação sobre o PNE, uma vez que o Inep não pôde estar presente à reunião da Instância devido ao evento do CNE que estava acontecendo no mesmo dia em Fortaleza-CE, além do fato de todos daquela Autarquia estarem envolvidos com a realização do Enem. A Diretora informou que o Diretor Armando gentilmente se dispôs a fazer o tratamento de algumas das atualizações das metas a partir do 4º ciclo de monitoramento realizado pelo Inep. Na sequência, a Diretora Selma informou que a Coordenadora-Geral Alessandra Assis faria uma apresentação sobre a Conferência Nacional e o processo das conferências municipais e estaduais de educação. Apontou que, após o almoço, haveria a discussão sobre a composição da Instância, o seu papel e a apresentação do Relatório do Tribunal de Contas (TC 022.260/2019-6), o qual considerou ser atual em função dos problemas estruturais abordados pelo TCU. Após a apresentação, informou que seriam discutidos os desafios da Instância Permanente considerando tanto o novo Plano Nacional de Educação quanto o Sistema Nacional de Educação.

A diretora Selma perguntou se alguém tinha alguma objeção com relação à programação apresentada e deu continuidade à reunião, passando a palavra para o Diretor Armando Simões.

O diretor Armando fez a apresentação do 4º ciclo das metas atualizadas do PNE. Iniciou a apresentação do material, o qual foi distribuído aos participantes da reunião e elaborado pelo Inep - síntese mais atualizada sobre a situação do PNE. O Diretor Armando sinalizou que a Instância foi criada no âmbito da Lei do PNE, mas é uma instância com previsão em todos os projetos de lei sobre o Sistema Nacional de Educação, uma vez que, para que uma lei do Sistema Nacional de Educação possa ser aprovada, é importante que existam instâncias permanentes de pactuação federativa em torno da implementação de estratégias para o alcance das metas dos planos nacionais de educação, não só do atual, mas dos demais que vieram a ser implementados. Ressaltou que a cooperação federativa está no coração do trabalho da Instância Permanente e nela se congregam as três esferas de governo responsáveis por organizar toda a oferta de educação pública no Brasil. Salientou a importância de se ter um olhar cuidadoso sobre estratégias e metas, não só do ponto de vista do acompanhamento, mas da pactuação da articulação das políticas necessárias à consecução das metas no futuro.

Após essas palavras, iniciou a apresentação das metas do PNE relacionadas ao trabalho realizado pelo Inep. Informou que o relatório do Inep é produzido a cada 2 anos, porém nos anos em que não é produzido, há uma atualização dos indicadores em uma plataforma desenvolvida pelo Inep chamada "Painel de Monitoramento do PNE e que está disponível na internet. Ressaltou que faria uma rápida apresentação, sem a cobertura de todas as metas, e sim sobre as 7 primeiras metas para focar na questão do acesso, permanência e conclusão da Educação, mas apontou que o material disponível apresenta o conjunto das 20 metas e que a análise gráfica dos indicadores pode ser encontrada no Painel de

Monitoramento do PNE. O Diretor Armando iniciou apresentado a Meta 1, relacionada ao acesso à Educação Infantil, ressaltando que se trata da meta de atendimento a crianças de 4 a 5 anos e a crianças de 0 a 3 anos de idade. Apresentou e explicou o quadro com relação ao alcance da meta e à execução do PNE.

Por meio da apresentação de gráficos, o Diretor Armando fez a análise com relação à cobertura de atendimento para crianças de 0 a 3 anos, e informou que para essa faixa de crianças a cobertura apresentou, durante todo o período do plano, um crescimento que se deveu fortemente à inclusão de mais crianças na creche. Pontuou que o esforço municipal, estadual e federal, por meio da cooperação foi significativo durante o período do plano até o momento, com a ampliação da oferta de vagas e lembrou que ainda há um período para avançar até o término do PNE em 2024. No que refere à faixa etária de 4 a 5 anos, lembrou que a meta de 100% era estabelecida para o ano de 2016 e em 2022, houve uma cobertura de 93%. Entre 2019 e 2022, houve uma queda na cobertura. Ressaltou que não há dados relativos ao ano de 2020 e 2021, uma vez o indicador da meta 1 depende de um suplemento da Pnad Contínua (ocorre no segundo trimestre de cada ano) e nos anos da pandemia não houve coleta do referido suplemento.

A dirigente municipal de educação de Novo Hamburgo/RS e representante da Região Sul – Maristela Ferrari solicitou a palavra para informar que tinha dúvidas com relação aos dados no que se refere às crianças de 4 a 5 anos. Disse que esse dado não condiz com a realidade. Informou que acredita que o Brasil já avançou mais na cobertura das crianças do que os dados apresentados. Ressaltou não estar duvidando da estatística, mas o que lhe parece é que a coleta de informações está sempre defasada e isso acaba sendo motivo de apontamento pelo Ministério Público. Sinalizou que, na prática, conforme bastante debatido no Rio Grande do Sul, observa-se que não há essa quantidade de crianças fora da escola. Saliu que, por ser obrigatório e por ter sido uma meta a ser alcançada desde 2016, considera que 7% é um índice muito grande relacionado a crianças fora da sala de aula.

O diretor Armando informou que, processando os dados do Censo 2022 haverá um retrato um pouco mais fiel do indicador. Afirmou que a Pnad Contínua tem uma boa representatividade nacional e estadual, com exceção dos estados menores, onde ocorre um erro amostral maior, quando se faz recorte de grupo etário. Afirmou ainda que, com os dados do Censo 2022, será possível verificar a situação dessa cobertura não só para o Brasil e estados, mas também, para os municípios. Informou que acredita que o Inep utilizará dos dados do Censo 2022 para que se encontrem os indicadores inclusive pelo fato de que para o Novo PNE e estabelecimento de metas de cobertura será necessário conhecer como está de fato a situação de cada região. Ressaltou que hoje, não há como conferir, com grau de confiança muito elevado, o dado municipal. Há formas de estimar a cobertura, mas todas elas possuem uma limitação metodológica para os municípios muito pequenos, o que acaba por apresentar um erro grande. Concluiu que, como a maioria dos municípios são muito pequenos, quando se usa estimativas ou projeções, acaba-se errando muito com esses municípios.

A dirigente Maristela Ferrari informou que, seria na questão da fidegnidade dos dados que está a sua dúvida, uma vez que, quando o município se reuniu com a promotora regional e com todos os promotores foi solicitado a eles que verificassem mais profundamente os dados, uma vez que o município recebe notificações por conta de dados que não são reais.

O diretor Armando salientou que não sabe qual fonte o Ministério Público utiliza para avaliar a cobertura de um município em particular, uma vez que essa fonte não existe, tanto que o Inep faz o monitoramento do PNE e não divulga dado municipal, porque não há fontes para aferir, periodicamente, o dado municipal. Isso dependeria do Censo e também da possibilidade de contagem populacional de meio termo e não aguardar 10 anos para realizar essa contagem. Ressaltou que não existe um dado fora do Censo Demográfico de 2022 que permitiria analisar esses dados.

A dirigente municipal de educação de Nossa Senhora do Socorro/SE e representante da Região Nordeste Josevanda Mendonça informou que os municípios estão mais avançados em relação aos dados acessados pelo Ministério Público. Informou que levantou essa questão com o Ministério Público Estadual e o Ministério Público de Contas sobre a base dos dados e a informação obtida era que se tratava de notícia de fato, ou seja, o promotor recebe a denúncia e generaliza para todos os municípios. Ressaltou que os municípios buscam atender a demanda e mesmo assim são sempre notificados pela ausência da oferta

dos serviços educacionais. Salientou que a falta de dados faz com que os municípios sejam notificados e tal situação não condiz com a atuação do município na questão.

O diretor Armando Simões explicou que a atualização dos dados para crianças de 4 e 5 anos ocorre em junho por conta da divulgação dos dados do suplemento de educação da PNAD Contínua e que a divulgação oficial do Inep ocorre em janeiro.

O dirigente municipal de educação de Catalão/GO, Leonardo Santa Cecília ressaltou que acha preocupante, com relação à meta de crianças de 0 a 3 anos (até 2024 – 50%), pois existe uma decisão do STF de dezembro de 22 que reconheceu a creche como direito imediato da criança, a qual impacta sobre os municípios.

O diretor Armando apontou como um desafio para a elaboração das metas, a desagregação de esforço entre União, estados e municípios. Apontou que, atribuir a meta nacional diretamente ao município foi um equívoco do ponto de vista metodológico de construção de meta, sendo esse um desafio a ser corrigido com o novo PNE.

Informou, ainda, que a justiça sempre, diante do caso concreto de uma criança que pleiteia uma vaga, ela vai dar esse direito como assegurado em função do Estatuto da Criança e do Adolescente. Apontou que o problema é o planejamento da rede, ou seja, como organizar para atender a toda a demanda e esse é um desafio que pode ser equacionado. Pontuou que o melhor é organizar o processo de pré-matrícula de um ano para o outro. Sugeriu que o município implementasse o processo de matrícula prévia para ter tempo de se organizar para realizar o atendimento.

O presidente da Undime Aléssio Costa Lima sinalizou que durante a pandemia, a Undime acompanhou nos municípios a situação de que, por não ser obrigatória a matrícula de 0 a 3 anos, muitas famílias devido à Covid, tiraram as crianças das creches e que viu essa redução bem acentuada em creches privadas, inclusive. Relatou não conseguir entender porque nos dados apresentados não apareceu a queda para essa faixa etária. No entanto, para 4 e 5 anos que é matrícula obrigatória, houve a queda. Questionou o que explicaria a queda ocorrer com crianças de 4 e 5 anos e não com crianças de 0 a 3 anos.

O diretor Armando Simões informou que pode haver hipóteses, mas é difícil ter resposta para a pergunta, uma vez que seria necessária uma investigação para apurar os fatos. Para entender, seria necessário compreender os processos sociais que perpassam tais situações.

Para finalizar a apresentação relativa à meta 1, o diretor Armando apresentou alguns dados relacionados ao atendimento das crianças, inclusive no período de pandemia. Ressaltou, com base nos dados do Inep, que o Brasil passou a ter mais de 1 milhão de crianças (0 a 3 anos) a mais para entrar na rede entre 2013 e 2023 e de 04 a 05 anos, cresceu mais de 600 mil crianças. Apontou que a projeção realizada pelo Inep é de que até 2024, o Brasil não deva ultrapassar o índice de 45% de cobertura de 0 a 3 anos, ficando aquém do que estabelece a meta 1 do PNE.

O diretor Armando iniciou a apresentação referente à Meta 2 que trata do acesso ao Ensino Fundamental. Apontou que, entre 2019 e 2022, o Brasil recuou em questão de acesso ao Ensino Fundamental (crianças de 6 a 14 anos), por conta do efeito da pandemia. Ressaltou que o desafio de acesso de 6 a 14 anos não é pequeno, devido aos efeitos da pandemia, uma vez que em 2021, a cobertura voltou ao patamar de cobertura de 2011, ou seja, houve um retrocesso de 10 anos no indicador, o que demonstra um patamar inferior ao do início da série histórica. Informou que o desafio dessa meta é retomar a cobertura de 6 a 14 anos e de avançar para alcançar a meta de finalizar o ensino fundamental na idade certa.

Iniciou a exposição que trata da meta 3 referente ao acesso ao Ensino Médio e informou que, em 2022 o Brasil ainda está abaixo da meta no caso da cobertura, ou seja, 5,6 p.p abaixo da meta, sinalizando que a meta 3 ainda é passível de ser alcançada em 2025, 2026. Chamou a atenção com relação às desigualdades apontadas no acesso em relação aos componentes raça/cor e renda.

Com relação à Meta 4 que trata do acesso à Educação Especial Inclusiva, o diretor informou que há um problema grave, uma vez que não existe dado da população com deficiência na PNAD. Por conta disso, o indicador é de 2010, referente ao Censo de 2010. Agora em 2022, com o novo Censo é que haverá acesso a essas informações. Apontou que esse é um desafio que será discutido com o IBGE. Salientou que só se conhecem todas as crianças com deficiência quem estão na escola, por conta do Censo Escolar. O que não

se sabe é que percentual da população está sendo coberta. E quem sabe quem está fora da escola é o IBGE. Pontuou ser importante tratar formas de cooperação com o IBGE.

A dirigente municipal Josevanda Mendonça informou que em Sergipe houve 11% de crescimento de um ano para outro de crianças com deficiência nas escolas. O diretor Armando salientou que a velocidade da inclusão está sendo maior que a inclusão da oferta do Atendimento Especializado, sendo esse o desafio da educação especial: aumenta-se a inclusão rapidamente, mas não se consegue acompanhar na mesma velocidade a oferta do atendimento educacional especializado.

O presidente da Undime, Aléssio Costa mostrou preocupação com os dados do Censo Demográfico de 2022, uma vez que percebeu um movimento em muitos municípios de Fortaleza de resistência de muitas famílias em responder ao Censo.

A diretora Selma reforçou que há uma articulação entre a produção de dados e o movimento que municípios e estados farão para atender às metas dos seus planos municipais e estaduais, tendo em vista a meta nacional e, ao mesmo tempo, todo o movimento que os órgãos de controle estão fazendo no sentido de acompanhar o cumprimento das metas. Porém, salientou que, para isso, é necessário que haja informação, sendo pertinente a questão levantada pelos representantes da Instância. Nesse sentido, a diretora registrou ser necessária agendar uma reunião com o IBGE e demandar desse órgão essas informações. Reforçou, também, ser importante para o debate, que seja realizado o convite aos órgãos de controle e Ministério Público para que tomem conhecimento da situação apresentada e, assim, possam dialogar com as instituições de pesquisa. Ressaltou que, a grande importância, entre outras, da Instância é olhar para os problemas e tomar medidas que apontem para a direção do planejamento.

O dirigente municipal Luiz Miguel Martins apontou a fala da diretora Selma, a qual sintetizou a questão que preocupa os municípios com relação à falta de diálogo e destacou a falta que a Sase fez e o prejuízo que ocorreu na interrupção dos trabalhos da referida Secretaria no que se refere ao acompanhamento e monitoramento dos planos de educação, o que gerou perda de dados, sendo importante reestabelecer as redes de acompanhamento e monitoramento anteriormente mantidas pela Sase.

O Secretário Mauricio ressaltou que a solução para essa questão dos dados vem da organização de uma ação de recenseamento para se localizar em cada município quem da população está fora da escola. Ressaltou que essa poderia ser uma ação a ser realizada pelo município. Apontou que isso pode ser realizado por meio de colaboração entre estados e MEC e renderia mais resultados. Aproveitou a palavra para sublinhar que a Instância tem o direito e dever de pensar em questões mais relevantes que requerem pensamento mais estratégico, com olhar mais adiante do tempo.

A dirigente municipal Josevanda Mendonça solicitou o uso da palavra e explanou acerca da diferença dos dados quanto à educação inclusiva. Informou que pelos dados apresentados pela saúde há 1.200.000 crianças e adolescentes que necessitam de educação inclusiva. Os dados da Educação mostram 800.000 crianças e adolescentes que necessitam de educação inclusiva, o que demonstra a diferenciação dos dados. Citou que o Estatuto da Criança e Adolescente sinaliza que toda política de atendimento à criança e adolescente precisa estar sustentada em dois pilares: articulação e intersetorialidade. Ressaltou que, se não houver uma articulação com a Saúde, a Educação sozinha não alcança quem não está na escola. Destacou que está na Educação Infantil a maior demanda por educação inclusiva.

O Secretário Mauricio Holanda sinalizou que grande parte das crianças que necessitam de educação inclusiva pode ser localizada por meio do Benefício de Prestação Continuada – BPC.

A dirigente Josevanda ressaltou que, nesse caso, seria articulação com a assistência e que o triplé saúde-educação-assistência pode fornecer os dados que são buscados para a inserção das crianças na escola. Ressaltou, ainda, que o segundo movimento, após o acesso, é pensar no sucesso das crianças e que o MEC precisa pensar em um currículo funcional, uma vez que, muitas vezes, as crianças só estão na escola, mas não há recursos, profissionais capacitados ou salas de recursos multifuncionais.

A diretora Selma informou que, no MEC, no momento de elaboração do Plano Nacional de Educação há um movimento de construção de uma discussão articulada com a saúde, a ciência e tecnologia, a questão ambiental e a cultura para que já no PNE haja referências a essas questões. Pontuou que essa construção é importante para que esses segmentos possam planejar ações conjuntamente no futuro. Sinalizou não ser um movimento fácil, mas que há essa busca para que o novo plano aponte nessa

direção. Apontou que a Instância Permanente pode operacionalizar isso, uma vez que há instrumentos para essa articulação.

A dirigente municipal Maristela Ferrari levantou a questão acerca do olhar que cada saber tem acerca do ser humano e que os saberes, nessa articulação, jamais podem suplantar a decisão pedagógica, a decisão do professor.

O Secretário de Educação da Paraíba, Antônio Roberto de Araújo ressaltou a problemática do que se estipula como meta a ser alcançada no Plano de Educação e que, não basta criar a meta, mas também criar instrumentos, indicadores para mensurar o cumprimento da meta. Apontou que essa discussão é importante para que a situação que ocorreu no atual PNE não ocorra no novo PNE. Sinalizou que, quando se trata de cumprimento de meta, faz-se necessária a construção de indicadores quantitativos, com percentuais de atendimento. Não se trata de excluir a meta, mas qualificar, com apuração adequada.

O diretor Armando Simões ressaltou que o Art. 4º, parágrafo único, da Lei 13005/2014 prevê um esforço do poder público, no caso, dos órgãos de estatística para aprimorar os mecanismos de coleta das informações. Sinalizou que esse esforço, de fato, não foi satisfatório e que isso precisa ser revisto com cuidado nessa interlocução com os órgãos de estatística do governo federal.

O diretor Armando deu continuidade à explicação dos indicadores relacionados à Meta 4. Ressaltou que o desafio da Educação Especial Inclusiva diz respeito ao atendimento educacional especializado, uma vez que a cobertura desse atendimento é baixa, perfazendo 45,1%, ou seja, menos da metade dos alunos que estão no sistema de ensino hoje tem acesso ao atendimento educacional especializado. O diretor informou que essa queda ao acesso ao atendimento educacional especializado pode ser explicada também pela maior inclusão do público na classe regular, não havendo capacidade para acompanhar o aumento da oferta do atendimento especializado e que o poder público precisa focar nos apoios a esse atendimento.

Quanto à meta 5 (alfabetização de crianças), o diretor apontou que não há um resultado apurado, uma vez que o conceito de criança alfabetizada não foi estabelecido ainda pelo Inep e que essa autarquia está trabalhando para definir os níveis de aprendizagem para cada uma das etapas de ensino. Informou que o Inep atualmente apresenta a distribuição das crianças por nível de proficiência tanto da Língua Portuguesa quanto de Matemática. Apresentou os dados do Saeb de 2019 e 2021. Sinalizou que, em 2021, houve o impacto da pandemia, ocasionando que, o percentual de crianças que ficaram abaixo do nível do 5 saiu de 45,2% para 60,8%. Ressaltou que, o que ocorreu para a disciplina de Português também ocorreu em Matemática, com intensidade menor e passou de 50,1% em 2019 para 55,3% de crianças que estão abaixo do nível 5. Destacou que houve a pesquisa “Alfabetiza Brasil” realizada pelo Inep que identificou que em 2019, 40% dos alunos não estavam alfabetizados (em Português e Matemática) e que em 2021 esse percentual chegou a 56%.

O presidente da Undime, Sr. Aléssio Lima reforçou a importância de se incorporar a avaliação do 2º ano do Ensino Fundamental na medida do VAAR, uma vez que, se não se usa o indicador por não o ter incorporado ao Saeb, entende que se acaba por perder força na política de alfabetização.

O Secretário Mauricio Holanda explanou acerca das avaliações existentes no Brasil no que se refere à avaliação realizada para a rede municipal, a avaliação realizada pelo estado e a avaliação nacional, no mesmo ano. Reforçou que, além do dinheiro gasto superposto, acaba sendo contraprodutivo. Sinalizou que sair do paradigma existente, requer inteligência. Considera viável que haja alternância de aplicação de avaliações por parte dos entes e o controle de qualidade.

O dirigente municipal Luis Miguel Garcia propôs que a Undime, Consed e MEC se reúnam para buscar a organização dessa questão das avaliações, uma vez que há diferenças muito grandes de um estado para o outro, sendo importante que haja um elemento da União norteando essa organização.

Com relação à meta 6 que trata da Educação em Tempo Integral, o diretor Armando ressaltou que, conforme critérios do Inep, para que a escola seja considerada em tempo integral, ele deve ter, pelo menos, 25% das suas matrículas em tempo integral. Apresentou o percentual de alunos de Educação em Tempo Integral por Etapa de Ensino e sua progressão de 2013 a 2022, ressaltando que há um percentual de matrículas no Ensino Médio maior do que no Ensino Fundamental. Apontou que a Educação Infantil ainda é o segmento que possui o maior percentual de matrículas em tempo integral. Já no que se refere

ao percentual de escolas de Tempo Integral, o Ensino Médio ultrapassou a Educação Infantil, sendo que, em 2022, 30% das escolas de Ensino Médio oferecem educação em tempo integral.

O Secretário Mauricio Holanda ressaltou que há duas formas de mensurar a educação em tempo integral. Uma *stricto sensu* que se refere à matrícula única de 7 horas mínimas e uma *lato sensu* que se refere a uma matrícula parcial composta por outras atividades complementares que perpassam 7 horas e são consideradas de tempo integral. Apontou que é a *lato sensu* que é utilizada na análise do Inep e sinalizou que valeria a pena analisar também as matrículas sob o ponto de vista *stricto sensu*.

O diretor Armando lembrou que o critério utilizado é a contabilização da hora do aluno, não importando a estrutura de matrícula, ou seja, se no conjunto das matrículas, o aluno alcança, pelo menos 7 horas, o aluno é contabilizado como estudante em tempo integral na escola da matrícula regular.

Finalizando a apresentação das metas, o diretor Armando Simões apresentou os dados relacionados à Meta 7 que trata da qualidade da Educação Básica. Sinalizou que a meta 7 possui os indicadores relacionados ao IDEB relativos aos anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio. Explanou sobre as metas e sinalizou que houve um avanço expressivo dos anos iniciais, estando, assim, a $\frac{3}{4}$ do cumprimento da meta 7 em relação aos anos iniciais, levando-se em consideração o período de 2014 a 2024. Alertou que a avaliação só se completará em 2025 e que o plano para ser completamente avaliado deverá haver um relatório em 2026. Salientou que haverá um período que se deverá monitorar o novo plano, mas também, se avaliar o plano anterior e que há diferenças muito expressivas de execução das metas. Em seguida, apresentou os gráficos referentes ao Ideb relacionados ao Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e Ensino Médio.

O dirigente municipal, Leonardo Santa Cecilia ressaltou que a intensificação do regime de colaboração entre estado e município na alfabetização vai impactar positivamente os dados do ensino fundamental I.

O Secretário Mauricio informou que considera essa a meta mais equivocada do ponto de vista da política educacional, uma vez que jamais o ensino médio iria crescer no mesmo tempo e intervalo que o ensino fundamental I. Sinalizou que esse comparativo tem alimentado uma narrativa de fracasso no cumprimento da meta em relação ao ensino médio, uma vez que foram inseridos índices que não são razoáveis.

O diretor Armando Simões sinalizou que, com relação às metas, tem conversado com o Inep diuturnamente, uma vez que as novas metas ou as atuais reeditadas precisam ter uma projeção que tenha coerência com o processo e o enfoque das políticas e que meça o esforço para o alcance do resultado e, por outro lado, aquilo que alcançar estados e municípios, que haja a desagregação desse esforço. Ressaltou que os estados e municípios são diferentes em relação a todas as metas. Ressaltou que, no caso, houve falha de calibragem da meta, ou seja, a meta do ensino fundamental I ser menos ousada que a meta dos anos finais e ensino médio e que esta lógica está invertida. Porém, pontuou que, nesta meta, houve algo positivo que não ocorreu nas outras que foi a desagregação do esforço federativo. Cada estado, município e escola sabia o que tinha que alcançar em relação a essa meta. Houve, inclusive, desagregação de meta por escola.

Sublinhou que tem que haver o esforço de desagregação para que se possa calibrar a meta e se ter o ponto de partida de cada escola para se saber onde se quer chegar. Ressaltou que fixar meta é sempre um desafio e que não se pode fixar metas que são irrealistas e de outro modo, não se pode subestimar metas e que essas duas situações ocorreram no atual PNE.

Sinalizou que, para a construção da meta, faz-se necessário verificar qual é a viabilidade de alcançá-la, tendo em vista a trajetória do ente, característica do público-alvo e o esforço federativo para que se possa projetar uma meta factível.

Atentou para o fato de que a grande dificuldade do novo PNE é que existem novas metas que estão sendo propostas e que não há trajetórias para avaliação, não há indicador progresso, o que implica em fazer um esforço para projetar as metas.

Finalizando a sua apresentação, o Diretor informou acerca do acesso ao painel de monitoramento do PNE elaborado pelo Inep e que reúne gráficos e tabelas com as desagregações por regiões, unidades da Federação e perfis socioeconômicos das 20 metas do PNE atual.

O presidente da Undime, Aléssio Costa solicitou a palavra para fazer uma observação. Informou que quando existia a antiga Sase foi elaborado o painel de monitoramento das metas do PNE e que, com a extinção da antiga Sase, o painel ficou desatualizado. Informou que quando na retomada do PAR 4 foi criado o +PNE. Sugeriu que, como se está na iminência de um novo PAR 5, se for atrelar a algum instrumento de monitoramento que seja algo efetivo e não somente burocrático.

O dirigente municipal Antônio Roberto Souza chamou a atenção sobre a urgência da elaboração da proposta final do novo PNE, devido a questões que precisarão ser equacionadas no debate e que levarão um tempo maior.

A diretora Selma assumiu a palavra para falar acerca da questão do monitoramento e sobre a construção de um sistema de assessoria técnica para apoiar os municípios, na construção dos seus planos e, posteriormente uma plataforma para apoiar os entes nos seus desafios para cumprimento das metas, a ser realizada em parceria com as universidades. Informou que, à tarde, a Coordenadora-Geral Alessandra apresentará os informes sobre as conferências de educação e que haverá também a apresentação do relatório do TCU sobre o Plano Nacional de Educação.

A primeira parte da reunião foi encerrada às 12h30 para o almoço.

A reunião foi reiniciada às 14h com a apresentação da Coordenadora-Geral Alessandra Assis sobre o documento referência e os eixos da Conae 2024, o papel do Fórum Nacional de Educação e as etapas das conferências municipais e estaduais de educação. Informou que as etapas municipais já foram concluídas em outubro e que, em novembro serão realizadas as conferências estaduais. A etapa nacional será realizada nos dias 28, 29 e 30 de janeiro. A coordenadora exaltou a importância dos fóruns de educação no processo de controle social. Informou como está a organização de todo o processo de sistematização dos debates para a preparação da Conae 2024 e que a Sase se dedicou à criação da plataforma virtual da Conae para o apoio tecnológico por meio da qual ficarão registradas as atividades das conferências estaduais, o cadastro dos coordenadores dos fóruns municipais de educação e das comissões locais de organização, além da inserção das emendas aprovadas para consulta dos coordenadores estaduais. Informou que, até o momento, estão cadastrados na referida plataforma 970 coordenadores de fóruns municipais.

O diretor Armando elencou a necessidade de pactuações que precisam ser construídas, como: debate sobre padrões mínimos que estão na constituição desde 88, custo aluno qualidade, discussão dos padrões mínimos de qualidade. Apontou que todas essas discussões precisam passar por uma instância como essa. Ressaltou que questões como a Lei do Piso e Lei do Fundeb exigem pactuação federativa.

Destacou também as instâncias de participação e controle social. Lembrou que o Fórum Nacional de Educação, assim como os Fóruns Estaduais são previstos na lei do Plano Nacional de Educação. Ressaltou a importância do Sistema Nacional de Educação, no sentido de haver uma arquitetura de governança que desenvolva políticas de educação com perenidade, continuidade.

Ressaltou que faz-se necessária a criação de uma instância de governança capaz de articular as estratégias do Plano Nacional de Educação, com contribuição dos estados e municípios. Informou que, uma vez que se tenha a proposta do projeto de lei do Plano Nacional de Educação, ela precisa ser discutida e a instância permanente é um espaço importante de discussão e que a lei do plano precisará prever no PL a instância de governança do Plano Nacional de Educação.

O presidente da Undime Aléssio Lima reforçou sobre a importância da retomada da instância permanente, por ser um instrumento no qual pode ser construída de forma dialogada os sistemas de ensino e solicitou que fosse pautada, com prioridade, a discussão sobre o Sistema Nacional de Educação, uma vez que há observações a serem feitas acerca dos projetos de lei para que haja o aprimoramento dos projetos e para entender a visão que o MEC tem em relação aos dois projetos. Acredita que a instância pode aprofundar o debate acerca das prioridades na lei do Sistema Nacional de Educação e que, se houvesse consenso entre Consed, MEC e Undime poderia ser encaminhado, de forma conjunta, um modelo substitutivo do que está no Senado ou sugestões para inclusão e incorporação ao que já está posto. Sinalizou acerca da importância da retomada das Conferências, uma vez que a Conae 2022 foi prejudicada devido à pandemia, o que gerou limitações no debate que ocorreram nas conferências. Ressaltou que a recomposição do Fórum Nacional de Educação trouxe um novo olhar acerca das escolas

públicas, com entidades que representam essas escolas. Elogiou quanto à qualidade do atual documento de referência que aprofundará os pontos que não foram aprofundados na última conferência. Afirmou que a Conae 2024 acontecerá no sentido de contribuir com acréscimos de questões e aprofundamentos de pontos que não puderam ser aprofundados na Conae anterior.

Falou acerca da sistemática de realização das conferências municipais, que devido à escassez de recursos ou de tempo, optou-se por fazer virtual, o que acaba por limitar a participação ampla da sociedade. Sinalizou que espera que as conferências estaduais ocorram presencialmente e que tragam discussões mais efetivas para o Plano Nacional de Educação.

Quanto ao Plano Nacional de Educação afirmou a importância de realizar o movimento de olhar para as metas e entender porque não foram alcançadas. No entanto, ressaltou que a situação não se resolve se apontando na direção de redução de meta. Ressaltou que o não alcance foi um reflexo de não investimento em educação nesta década. Apontou ainda que, no atual plano, faltou quantificar o investimento de cada meta e cada estratégia para poder entender o que de fato deixou de ser investido e o que não se alcançou porque não houve dinheiro.

Apontou sobre a questão do monitoramento dos planos de educação. Questionou se a Sase fará algo no que tange ao monitoramento do PNE que expira em 2024 e qual seria o sistema para que ocorresse esse monitoramento. Argumentou como seria essa sistemática para estados e municípios, sinalizando que nos municípios não está acontecendo o monitoramento. Destacou que, salvo raras exceções, os municípios realizam conferências para verificar o monitoramento, mas não de forma sistematizada. Apontou a necessidade de que a Sase já considere também um sistema de monitoramento referente ao novo PNE.

O Sr. Aléssio questionou sobre o planejamento da Sase acerca das orientações para os estados e municípios no que se refere à reelaboração dos planos decenais de educação dos municípios e estados, pós-aprovação do novo PNE.

Apresentou-se o Sr. André Luis Fernandes, coordenador-geral de bolsas e auxílios, como representante do FNDE na reunião.

A diretora Selma assumiu a palavra e propôs fazer o seguinte encaminhamento: no primeiro momento, apresentar as observações feitas pelo Tribunal de Contas da União sobre o balanço do PNE desde a sua aprovação. E, no segundo momento, retomar as questões trazidas pelos membros da Instância para verificar os desafios que ficam da presente reunião para as próximas reuniões.

A diretora Selma, inicialmente, registrou a importância de as instituições componentes da Instância observarem, com cuidado, os membros que foram designados para participar das reuniões. A seguir, iniciou a apresentação do Relatório de Fiscalização do TCU (TC 022.260/2019-6) – terceiro acompanhamento anual do Plano Nacional de Educação 2014-2024, com o objetivo de averiguar a evolução do desenvolvimento do Plano, do cumprimento das obrigações nele contidas e dos resultados alcançados e a alcançar, bem como a avaliação do Ministério da Educação. Apontou a metodologia adotada pelo TCU para a análise e que o trabalho em dois relatórios (acompanhamento 2017 e acompanhamento 2018).

Apresentou o objetivo geral e objetivo específico do relatório e a forma como o TCU realizou a coleta das informações necessárias para a realização do relatório. Apontou algumas considerações do TCU descritas no relatório.

A diretora informou que, no relatório, o TCU fez um conjunto de sugestões voltadas ao planejamento/monitoramento/acompanhamento do PNE, considerando-se os impactos da pandemia, e voltadas para que a Instância Permanente de Negociação e Cooperação Interfederativa pactuasse diretrizes da política educacional para assegurar o cumprimento do PNE.

A diretora Selma destacou como importante o fato de que, por meio da leitura das atas da reunião da Instância Permanente, aparentemente, a discussão estratégica não se estabeleceu nas reuniões efetivadas. Houve discussão das metas tidas como prioritárias, depois foram discutidas as consequências da pandemia, após houve a discussão dos programas do MEC. Salientou que, pelo menos pela leitura das atas, em nenhum momento, ficou clara a discussão sobre o conjunto das metas; a relação entre monitoramento das metas nos níveis nacional, estadual e municipal; ausência de instalação e

funcionamento efetivo da instância; a dificuldade de correlacionar os programas do MEC às propostas de abordagem estratégica em relação ao Plano.

A diretora destacou que o relatório trouxe dois lados: de um lado, o TCU dialogou sobre suas funções e o que está definido na lei, mas, por outro lado, destacou a baixa compreensão de alguns desafios que os governos têm para resolver as questões, mesmo tendo vontade política para superar tais desafios.

A diretora Selma informou que, ao apresentar o relatório, a intenção foi mostrar que há uma atenção e expectativa grandes em torno da Instância. Afirmou que, além da expectativa do governo federal e dos governos locais, há, também, uma expectativa dos órgãos de controle. Considerou que, no próximo ano, a Instância devesse realizar uma conversa colaborativa com os órgãos de controle.

A diretora fez observações sobre as questões apontadas pelo presidente da Undime, Aléssio Costa. Ressaltou que, certamente, haverá a tentativa de pautar a prioridade do Sistema Nacional de Educação no Congresso. Mas afirmou não ser uma questão simples, uma vez que os projetos que foram apresentados, até o momento, não tratam da educação nacional e sim da educação básica pública, o que são aspectos diferentes, sendo um desafio muito grande.

Ressaltou que o esforço do Ministério é no sentido de pensar em um sistema que permita a construção de um sistema efetivamente nacional e que permita à sociedade compreender o que acontece com a educação.

Com relação aos financiamentos das conferências municipais, a diretora informou que não se tinham meios de fazer mais do que foi feito, uma vez que a Conferência Nacional é muito cara. O pedido que foi feito aos governos é que pudessem ter participação no âmbito das atividades das conferências. Reiterou o pedido de empenho para a realização da Conferências Estaduais, seja tanto pelo mérito da proposta a ser construída, seja pela necessidade de sustentação da proposta no Congresso Nacional para um debate mais qualificado em torno das metas, estratégias e objetivos a serem desenvolvidos no novo PNE.

Quanto à assistência técnica aos entes, informou que, dificilmente, a Sase conseguirá fazer, neste momento, um aporte metodológico que envolva construção de critérios e procedimentos para realização do PNE 2014-2024. No entanto, ressaltou que isso não significa não incentivar que as avaliações aconteçam. Apontou sobre a importância das Comissões de Educação dos legislativos neste processo e ressaltou ser importante que essas comissões sejam convidadas a acompanhar as discussões nas conferências, uma vez que os parlamentos aprovarão os planos locais. Sugeriu, também, que os fóruns e as instâncias locais que possuem a responsabilidade de realizarem a avaliação pudessem esboçar elementos de avaliação, olhando para os dados dos municípios e estados, olhando para os problemas de suas regiões em diálogo com o Plano Nacional.

Informou que o apoio técnico do MEC passará por metodologia de construção dos planos, o qual envolve uma dimensão técnica e uma dimensão de participação social grande. Sinalizou que, após a finalização da Conferência Nacional, a intenção é iniciar os trabalhos nas propostas de orientação para os municípios, com encontros estaduais com representações regionais e, haverá também, uma plataforma de diálogo com os municípios e os estados de forma que ocorra a interação e permita apoiá-los. Informou que essa proposta será realizada em parceria com as universidades públicas do país e sinalizou que trazer as universidades significa um convite à universidade, respeitando a sua autonomia, para que se debruce sobre temas relacionados à educação.

Sugeriu que na próxima reunião seja aprovado o regimento interno da instância permanente como primeiro ponto da pauta.

A diretora Selma passou a palavra para o diretor Armando que comentou acerca da preocupação do Sr. Aléssio Costa sobre a questão do monitoramento. Lembrou que, no atual PNE, há uma atribuição de monitoramento de metas que está associada ao INEP. Citou também as outras instâncias que devem monitorar o Plano. Sinalizou que, no desenho do próximo PL, faz-se necessário ter mais cuidado com relação à governança do Plano Nacional de Educação. Apontou que há diferença entre monitorar e avaliar plano, embora estejam relacionadas. Pontuou que é importante pensar, para o próximo plano, na sua estrutura de governança, as instâncias responsáveis pelo seu monitoramento, pela sua gestão e na sua avaliação.

Ressaltou que se precisa melhor pensar estrategicamente a avaliação do plano, quais as dimensões do plano que serão avaliadas, o marco de referência para essa avaliação, uma vez que essa foi pouco articulada. Lembrou que há várias iniciativas de avaliação do plano, mas se faz necessário que seja articulada. Propôs a realização de uma comissão de sistematização das várias iniciativas de avaliação realizadas pelas instâncias.

O diretor Armando sinalizou que, com a retomada da Sase, pode-se ter uma base tecnológica para acompanhar o processo de elaboração dos planos de educação. Quanto ao monitoramento de metas de planos estaduais e municipais de educação, no que refere ao aporte metodológico para o trabalho, o diretor Armando informou que pode haver contribuição da Sase, mas estados e municípios precisam fazer um esforço diagnóstico das suas realidades. Entende que a Undime tem um papel importante e que não é possível fazer cooperação técnica sem que haja o envolvimento da Undime.

No que se refere à relação Conae 2024 e o envio do PL do Plano Nacional de Educação, o diretor informou que a expectativa é de que até março de 2024 o PL seja enviado ao Congresso Nacional.

A dirigente municipal Josevanda Mendonça sinalizou sobre a parceria com as universidades. Informou que, por experiência própria, essa operacionalização é muito complexa. O segundo ponto levantado pela dirigente diz respeito ao fato de não ser possível construir um segundo plano se não houver reflexão sobre o plano atual e seus desafios. A terceira colocação pela dirigente foi referente ao fato de que se não houver um apoio técnico e aporte financeiro, os municípios não conseguirão realizar a avaliação diagnóstica dos planos da maneira adequada. Apontou que será necessário criar estratégias para que os objetivos sejam alcançados.

A diretora Selma informou que a aproximação com as universidades precisa acontecer a partir de desenho estratégico de cooperação com as universidades, visando fortalecer campos de investigação que favoreçam o acompanhamento do PNE e o desenvolvimento da política educacional.

O coordenador-geral André Fernandes do FNDE informou que, acerca da perspectiva do financiamento quanto ao PNE, há um alto volume de recursos na conta dos entes e que não conseguiram executar. Apontou que, se precisa refletir sobre a própria capacidade de operacionalização dos recursos recebidos. O coordenador informou que houve o financiamento ao longo de 10 anos, mas houve falha também dos entes, inclusive pelo fato de não haver uma estrutura de governança, de execução do plano. Ressaltou ser importante refletir não só quanto à avaliação do plano, mas também quanto à estrutura de governança para o próximo plano.

A diretora Selma agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17 horas.

Encaminhamentos: Agendada a próxima reunião para o dia 11/12/2023 (segunda-feira), objetivando a aprovação do Regimento da Instância Permanente e a discussão dos temas relativos à Instância iniciados na presente reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Selma de Moraes Rocha, Diretor(a)**, em 08/12/2023, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Holanda Maia, Secretário(a)**, em 08/12/2023, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Maristela Ferrari Ruy Guasselli, Usuário Externo**, em 21/12/2023, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Alessio Costa Lima, Usuário Externo**, em 09/01/2024, às 02:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Miguel Martins Garcia, Usuário Externo**, em 09/01/2024, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO ROBERTO DE ARAUJO SOUZA, Usuário Externo**, em 19/04/2024, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4447923** e o código CRC **416BD51C**.

Referência: Processo nº 23000.010450/2022-20

SEI nº 4447923